

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE NEGÓCIOS FINANCEIROS

Édna Guerra Ferreira Garaluz

PROJETO DE PODA SOLIDÁRIA
EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO – PR

Porto Alegre

2012

Édna Guerra Ferreira Garaluz

**PROJETO DE PODA SOLIDÁRIA
EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO – PR**

Trabalho de conclusão de curso de Especialização, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão de Negócios Financeiros.

Orientador : Antônio Domingos Pádula

Tutor-Orientador : Carlos Alberto Frantz dos Santos

Porto Alegre

2012

Édna Guerra Ferreira Garaluz

**PROJETO DE PODA SOLIDÁRIA
EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO – PR**

Trabalho de conclusão de curso de Especialização, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão de Negócios Financeiros.

Aprovado em 13 de Abril de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Takeyoshi Imasato.

Prof. Tiago Pascoal Filomena.

Dedico este trabalho aos meus filhos,
para que eles venham a ter no futuro
um mundo mais justo e verdadeiro.
Que compreendam que o verdadeiro Ambientalista
é o homem que entende,
que não ganhou a Terra de presente dos seus Pais,
mas que tomou-a emprestada de seus filhos.

“Você deve ser a mudança que quer ver no mundo.” Gandhi

Resumo

Diante dos impositivos que a vida em sociedade delega aos indivíduos que dela fazem parte, muitos destes acabam por ter como única fonte de recursos de subsistência as mais ultrajantes formas de obtenção de renda. Desta forma, o presente trabalho busca analisar como se desenvolveu o Projeto Poda Solidária no município de Campo Mourão (PR) descrevendo o processo de como, parte da sociedade organizada consegue resgatar um destes grupos, alocado na periferia do município de Campo Mourão, região onde havia um lixão desativado. Foi realizado um estudo de caso embasado no acompanhamento da evolução administrativa do processo, demonstrando ao longo do mesmo a importância da participação do Fórum Permanente da Agenda 21 Local, como a atuação deste fórum veio a corroborar este anseio, e cumprindo seu papel de dar continuidade aos princípios elencados na Carta da Terra, dar resgate cívico-social ao cidadão, travando uma luta diária, para ver realizado o sonho de transformar nossa comunidade para bem melhor. Foi constatado que esta parcela da sociedade está muito receptiva quanto à necessidade de se buscar novas soluções para os problemas que afligem a coletividade como um todo e principalmente sensibilizada para as pequenas questões, principalmente quando estas são passíveis de uma solução a curto-médio prazo, com perspectivas de vir a beneficiar todo o grupo. Temos sim, muitos problemas pontuais inerentes ao processo de urbanização acelerada, mas identificamos também a força de mobilização social dos grupos organizados pelos Fóruns Municipais e mais importante ainda a resposta positiva da comunidade, ansiosa por buscar resolver estes problemas, mesmo não sendo de suas competências ou alçadas de responsabilidade.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Responsabilidade Social. Geração de Renda.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. OBJETIVOS	10
1.1 Objetivo geral	10
1.2 Objetivos específicos	10
1.3 Justificativa	10
2. REVISÃO DE LITERATURA	12
2.1 A Economia no Brasil e o Mercado de Trabalho	12
2.2 Economia Solidária e Cooperativa	14
2.3 Desenvolvimento Sustentável	16
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	19
3.1 Estrutura de Pesquisa	19
3.2 Instrumento de Coleta de Dados	19
3.3 Procedimentos de Coletas de Dados	20
3.4 Técnica de Análise dos Dados	21
4. ANÁLISE DE DADOS	22
4.1 Descrição do Projeto Poda Solidária e do seu desenvolvimento	22
4.2 Objetivos Realizados	26
4.3 Descrição das Etapas de Produção do Projeto Poda Solidária.....	29
4.4 Descrição das Principais Limitações na Implementação do Projeto	30
4.5 Principais Benefícios Gerados pelo Projeto Poda Solidária	31
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35
7. ANEXOS	37

1. INTRODUÇÃO

Entre os diversos resíduos sólidos gerados nas áreas urbanas, estão as galhadas de poda de árvores de vias e logradouros públicos que se destacam pelo volume de galhos, ramos e folhas, gerados durante quase todos os meses do ano ocupando áreas consideráveis pela falta de métodos e solução para o seu manejo.

Essas práticas, comuns nos municípios brasileiros, caracterizam o desperdício dos recursos públicos com a imobilização de área para disposição, o não aproveitamento do potencial calorífico do material lenhoso e o elevado teor de matéria orgânica desses resíduos, além do descontrole no abandono desses resíduos em fundos de vale, terrenos baldios e beira de estradas.

Em Campo Mourão, uma parcela dos resíduos de poda e corte de árvores é aproveitada pelo Horto Municipal para a produção de composto orgânico a ser utilizada para substrato de mudas e cobertura de canteiros de jardins públicos.

No entanto, boa parte da galhada desta poda de árvores era disposta inadequadamente até janeiro de 2009, junto com resíduos da construção civil em um terreno localizado próximo ao Horto Municipal, onde existia o antigo “lixão” a céu aberto da Vila Guarujá, desativado em 2002.

A diversidade de resíduos depositados nesse local junto com os resíduos da construção civil, móveis e eletrodomésticos inutilizados, lixo doméstico e de serviços, entre outros, acabou atraindo para o local, moradores da redondeza que passaram a buscar nestes depósitos, materiais passíveis de aproveitamento e reciclagem.

Esse quadro de retrocesso ao antigo “lixão” a céu aberto, levou ao fechamento da área, onde os resíduos da construção civil passaram a ser direcionados a uma empresa privada devidamente licenciada para recebimento desse material, porém os resíduos de poda continuaram a ser depositados clandestinamente no local.

Se por um lado, o problema da disposição inadequada desses resíduos foi solucionado, por outro lado, o fechamento do depósito levou à paralisação da atividade desse grupo de moradores que exploravam o local, privando-os conseqüentemente, da renda que obtinham com a venda destes materiais, passando a se utilizar a lenha proveniente dos resíduos de poda de árvores como fonte geradora de recursos.

O fechamento da área trouxe à tona a situação de vulnerabilidade socioeconômica dos moradores da Vila Guarujá, cujo assunto foi levado para discussão junto ao Fórum Permanente da Agenda 21 Local, onde o problema passou a ser tratado como uma oportunidade de geração de renda para esse grupo de moradores, resultando na formulação do Projeto Poda Solidária.

A Carta da Terra, em seu item 3, textualmente orienta que deve-se construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas, tendo ainda como objetivo promover a justiça econômica e social, propiciando a todos a obtenção de uma condição de vida significativa e segura, que seja ecologicamente responsável.

Seguindo estas premissas, surgiu a necessidade durante o I Fórum Social Mundial de se implementar novas diretrizes que atendessem a esta nova demanda social e econômica, pensando nisto reuniram-se as lideranças e escreveram um protocolo de intenções para que, durante o II Fórum Social Mundial em 2002, tivesse lugar a I Conferência de Economia Solidária, encarregada de constituir uma equipe que tinha como premissa estruturar um Fórum Brasileiro de Economia Solidária, onde a base estratégica desta equipe foi o lançamento dos “Princípios da Economia Solidária”, documento que veio a nortear ações voltadas principalmente a valorização do ser humano perante o mercado de trabalho, a economia e também junto ao meio ambiente.

Considerando a localização do Horto Municipal na Vila Guarujá, o “Projeto Poda Solidária” é uma proposta que visa dar uma destinação adequada aos resíduos de poda da arborização urbana, partindo da organização de um grupo de produção e geração de renda, formado por pessoas da comunidade local em situação de vulnerabilidade econômica e social, o projeto objetiva o aproveitamento e comercialização do material lenhoso para fins energéticos e a produção de composto orgânico economicamente viável, produzido a partir das folhas e ramos finos, objetiva também resgatar o cidadão, ali residente, sócio economicamente, uma vez que as possibilidades de capacitação que se apresentam com os parceiros do projeto vão muito além das fronteiras do bairro.

Como se desenvolveu o projeto de geração de renda Poda Solidária em Campo Mourão?

1. OBJETIVOS

1.1 OBJETIVO GERAL

Analisar como se desenvolveu o Projeto de Renda “Poda Solidária” no município de Campo Mourão - PR.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever o Projeto Poda Solidária e o seu desenvolvimento.
- Descrever as etapas do processo produtivo do Projeto Poda Solidária.
- Descrever o processo de cadastramento dos envolvidos e beneficiários do Projeto Poda Solidária e capacitação dos mesmos.
- Identificar os pontos críticos do processo de implementação do Projeto Poda Solidária.
- Apresentar os principais resultados do Projeto Poda Solidária.

1.3 JUSTIFICATIVA

O envolvimento sócio-comunitário do cidadão, quando visto isolada e localmente, pode parecer desconexo e vazio, um gesto insignificante perante a grandiosidade social que o cerca, porém ao ampliarmos o horizonte de visão enxergaremos muito mais que gestos isolados, mas um aglomerado de pequenas ações que se somam fortalecendo uma cadeia de atitudes, de compromissos, buscando atender aos mais elementares desejos do ser humano que é a sua subsistência com dignidade. Esta que pode facilmente ser alcançada através das portas do trabalho.

Assim muitas das vezes mesmo sem ao menos tomarmos conhecimento das políticas macroeconômicas, sem estar conectado às grandes redes governamentais ou de voluntariado que buscam o desenvolvimento de mecanismos para diminuir as desigualdades existentes entre os homens “economicamente ativos” acabamos por desenvolver singelos projetos, sistemas locais, mecanismos próprios que busquem fazer pelo menos os nossos mais próximos, menos sofridos.

O projeto abordado é um destes exemplos de ação desenvolvidos pela comunidade de Campo Mourão, preocupada em dar um horizonte econômico mais favorável a um determinado grupo de pessoas.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A ECONOMIA NO BRASIL E O MERCADO DE TRABALHO.

De acordo com as idéias de Amorim e Araujo (2004), a economia brasileira, no que se diz respeito ao mercado de trabalho, pode ser dividida em dois grandes momentos, o primeiro vivido até a Revolução de 1930, onde o que movia o mercado de trabalho nacional eram os mercados de mão de obra regionais, vinculados diretamente à dinâmica rural de exportadora de produtos primários quadro este reforçado pela importação de mão de obra estrangeira e sub-aproveitamento da força de trabalho excedente com a abolição dos escravos.

Com a Revolução de 1930 e pelos próximos 50 anos, o Brasil deixou de ser uma grande fazenda produtora de bens primários para buscar a consolidação de grande potência econômica mundial, assim qualificando, aperfeiçoando e enfim dando aproveitamento a grande massa de mão de obra oriunda principalmente do campo em busca dos grandes centros urbanos.

Segundo Amorim e Araujo (2004), outro fator decisivo para esta transformação socioeconômica foi a implementação de uma política pública fundamentada no assalariamento da população, onde a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a partir de 1943, desenvolveu papel fundamental através da regulamentação das relações de trabalho.

Como resultado obtivemos um perfil em 1980 comparativamente feito com os dados coletados pelo IPEA desde a década de 1940 mostram-nos que, para cada 10 ocupações geradas, 8 foram assalariadas, sendo 7 com contrato formal e uma sem contrato. As ocupações por conta própria, dos trabalhadores sem remuneração e dos empregadores representaram apenas 20% do total dos postos de trabalho criados no mesmo período.

Assim, a taxa de assalariamento no Brasil foi de 66% do total das ocupações em 1980, enquanto que na década de 1930 não ultrapassava os 20%. (POCHMANN, 2004).

Amorim e Araujo (2004) lembram que na década de 1980, surge com a crise da dívida externa uma quebra na tendência de estruturação do mercado de trabalho, aliado ao fato de que tal crise desencadeou a promoção de diversas políticas de ajustes econômicas no período que se seguiu, porém menos de uma década depois o país entrava em nova

estagnação na evolução da renda per capita, esta diretamente ligada ao número de novas vagas de trabalho, gerando por sua vez um aumento no desemprego e nova banalização dos postos de trabalho existentes.

Ou seja, ente 1940 e 1980, para cada 10 ocupações geradas, 07 foram de responsabilidade do segmento organizado, e as demais do segmento não organizado da sociedade, já a partir de 1980 a ruptura do movimento de estruturação ampliou o esvaziamento do segmento organizado de geração de postos de trabalho. É de se observar que no período de 1980 e 2000, para cada 10 vagas, metade foi gerada pelo setor organizado e o restante pelos segmentos não organizados, com destaque para o setor terciário, principalmente com vaga no setor da indústria de transformação. (POCHMANN, 2004).

Observa-se que o predomínio da expansão do emprego assalariado e formal, esteve diretamente relacionado com o avanço das forças produtivas e por extensão à regulação das políticas públicas do mercado de trabalho.

Da prosperidade do segmento organizado de trabalho derivou a capacidade de geração de vagas relativamente menos diferenciadas por parte das empresas com características típicas do capitalismo. Mesmo assim, em paralelo percebe-se também que um excedente desta força de trabalho teve que buscar alternativas para sua ocupação, passíveis de serem absorvidos somente pelo mercado informal.

Mercado informal este, alimentado pelo êxodo rural em sua maioria, onde sem a cultura do assalariamento do trabalho e sem alfabetização aliada a falta de qualificação, levou esta massa de trabalhadores às mais diversas formas de exploração.

Panorama este que mesmo após o grande salto de desenvolvimento industrial observado na geração de vagas a partir da década de 1980, não demonstrou significativa alteração, ao contrário, surgiram oportunidades para uma maior banalização da mão de obra sem qualificação, e assim maiores oportunidades de submissão escrava da relação de trabalho.

Registre-se que após 1980, o perfil do sub-assalariado não era composto somente de ex-agricultores provindos do campo, mas também e principalmente de trabalhadores que não tiveram a oportunidade de se qualificar para o mercado de trabalho de maneira conveniente (AMORIM; ARAUJO, 2004).

2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E COOPERATIVA.

Diante desta precariedade econômica, defrontamo-nos então com um grande número de cidadãos que se encontram marginalizados e que são literalmente abandonados à periferia do sistema econômico e que, sozinhos não poderiam se levantar ou mostrar, mesmo que parte da força que possuem.

Na definição de Singer (2004), a Economia Solidária tem como escopo principal desenvolver um modo de produção caracterizado pela igualdade, onde este verdadeiro abismo socioeconômico, senão extinto, pudesse ser ao menos minimizado. Outro aspecto é que a igualdade prevalece tanto nos direitos quanto nos meios de produção que são de propriedade coletiva e não individualizada e, independente da sua aptidão e capacidade laborativa, dessa forma, todos sem exceção contribuem para o sucesso do empreendimento.

Ainda segundo Singer (2004) Fundados na estrutura do cooperativismo, muitas vezes os empreendimentos de sustentação solidária não conseguem vencer as diversas dificuldades financeiras que certamente advêm com o decorrer do tempo. Ser empreendedor, principalmente diante de uma organização fundada na Economia Solidária, espelhada nas raízes do cooperativismo corporativo, requer dos seus membros muita força de vontade e determinação. Porém nesta estrutura de funções o espaço que separa as pessoas é infinitamente menor, afinal todos são proprietários do empreendimento.

Para a economia brasileira uma alternativa econômica está no segmento da prestação de serviços que vem atendendo a grande fatia desta mão de obra, pois necessitando de menor qualificação suprima esta grande demanda, mesmo sendo uma medida residual auxilia o conjunto a se estabilizar.

Aliado ao terceiro setor da economia o sistema cooperativo surge dentro do conceito solidário, buscando alinhar um conceito novo de participação econômica, algo diferenciado, como todo o processo que envolve a participação coletiva, onde não podemos engessar uma experiência bem sucedida e tentarmos replicá-la “tal e qual” na origem, onde as características regionais, as particularidades pessoais dos envolvidos, as nuances econômicas, principalmente locais e regionais que espelhando o panorama nacional, contribuem para que se formate uma nova e dinâmica experiência.

Neste segmento de geração de renda e trabalho, atrelados às políticas públicas voltadas para este público em específico, surge a sociedade civil organizada, dando o apoio necessário para a implantação de grupos de geração de renda, espaços de profissionalização da mão de obra e busca de uma qualificação que esteja ao alcance da realidade de cada um dos assistidos.

Encontramos inseridos neste contexto não somente órgãos governamentais dos mais diversos segmentos, como também pesquisadores e profissionais liberais que voluntariamente cedem um pouco de cada um para o benefício da coletividade.

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, a economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas auto gestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Nesse sentido, compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão.

Ainda segundo o MTE, a economia solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica.

Em se tratando de desenvolvimento social, Vieira (2009) argumenta que esta é parte indispensável nesse processo de autonomia, novo significado da família, trabalho, educação e conscientização dos indivíduos, é sem dúvida o maior desafio das políticas públicas que vêm atuando nessa área, tendo também como missão a melhoria dessas práticas. Os indivíduos que procuram se inserir dentro de um modo de produção igualitário se identificam com a economia solidária, que ao integrá-los diretamente com a sociedade, articulando uns aos outros e fazendo com que os próprios adquiram sua sustentabilidade.

Com esses fundamentos sendo usados como base essencial os resultados tendem a ser positivos, desde as pequenas famílias em suas atividades até o crescimento e a formação de novas políticas públicas que possam atender as necessidades que se encontram na prática da economia solidária. (VIEIRA, 2009).

Não pode haver economia solidária sem democracia, e não pode haver democracia verdadeira sem uma economia em bases solidárias. Essa afirmação fundamenta-se na crença de que as tensões provocadas pelas necessidades dos indivíduos e grupos são uma construção social, e pode-se estimular a construção de um consumo ético, de um desejo que se educa pela ética de valorização da pessoa humana, da boa convivência social e da solidariedade (SINGER, 1999).

No município de Campo Mourão, o Projeto Poda Solidária está vinculado ao Programa Brasil Local do Ministério do Meio Ambiente.

O Programa Brasil Local tem por objetivo promover ações de fomento e apoio ao desenvolvimento local solidário, com vistas à geração de trabalho e renda, estimulando, em especial, a organização de empreendimentos coletivos solidários. O público alvo do Programa Brasil Local são trabalhadores que vivem em situação de desemprego, comunidades pobres, populações específicas e territórios que possuem potencial para o desenvolvimento de novas atividades econômicas; comunidades que desenvolvam atividades voltadas ao turismo, cooperativas, associações e redes de produção-consumo-comercialização e empreendimentos de economia solidária em geral. (MIZOTE, 2008).

2.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

A WWF Brasil nos traz que uma das definições mais aceitas para Desenvolvimento Sustentável, surgida na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pela ONU para discutir o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental, é a em que o desenvolvimento seja capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem que com isto venha a comprometer a capacidade de atender as necessidades das gerações futuras. Em síntese seria o desenvolvimento que não esgota a reserva de recursos para o futuro.

Para se buscar atingir estes objetivos necessitamos desenvolver um planejamento para o desenvolvimento econômico de forma voltada para estas particularidades, ou seja,

respeitando os requisitos da sustentabilidade, pois muitas das vezes o desenvolvimento foi confundido com crescimento econômico, que diretamente depende do aumento crescente do consumo de energia e principalmente de recursos naturais. Esta situação, infelizmente, tende a se tornar “insustentável”, pois ao contrário do que necessitamos, leva ao esgotamento dos recursos naturais dos quais a humanidade depende. (WWF Brasil, 2011).

Existem muitas atividades econômicas que podem ser encorajadas em detrimento da base de recursos naturais dos países, recursos estes dos quais dependem a existência humana, toda a diversidade biológica, bem como o próprio crescimento econômico.

A proposta da WWF Brasil para o Desenvolvimento Sustentável, vem apresentar a possibilidade de produzirmos qualidade ao invés da quantidade, oferecendo a substituição de matérias-primas, buscando o reaproveitamento de materiais como forma não somente de se reduzir os custos operacionais na produção, como principalmente reduzindo a necessidade de buscar nas reservas naturais os elementos necessários à produção industrial.

Temos no mundo atual os países emergentes e principalmente os que se classificam como em desenvolvimento que se pautassem seus desenvolvimentos no mesmo modelo adotado pelos hoje tidos como países desenvolvidos, teríamos um aumento em 10 vezes no volume de combustíveis fósseis e um aumento de 200 vezes nas fontes de recursos minerais. Analisando estatisticamente a disposição atual, temos nos países do Hemisfério Norte a concentração de apenas um quinto da população mundial e mesmo assim são os detentores de oitenta por cento das riquezas, consumindo setenta por cento da energia, setenta e cinco por cento dos minerais e oitenta e cinco por cento da madeira consumida no mundo. (WWF Brasil, 2011).

Após estas perspectivas entendemos a real necessidade de se desenvolver e principalmente incentivar toda e qualquer atividade que busque a reciclagem de materiais, que viabilize a aproveitamento de resíduos que antes se classificariam como dejetos, como rejeitos classificados como prejuízo operacional e que tinham como destino o descarte irresponsável e sem controle algum.

Nessa perspectiva, o Fórum Permanente da Agenda 21 Local do município de Campo Mourão, dentro de seus programas que visam ao desenvolvimento sustentável do município, enquadra-se o Projeto Poda Solidária, que além de garantir uma forma de emprego e renda à população que sobrevivia da comercialização de resíduos de poda de

forma informal, garante o aproveitamento e a utilização desses materiais de maneira formal e organizada. (MIZOTE, 2008).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 ESTRUTURA DE PESQUISA.

Segundo Yin (2005), o estudo de caso pode ser tratado como importante estratégia metodológica para a pesquisa em ciências humanas, pois permite ao investigador um aprofundamento em relação ao fenômeno estudado, revelando nuances difíceis de serem enxergadas “a olho nu”. Além disso, o estudo de caso favorece uma visão holística sobre os acontecimentos da vida real, destacando-se seu caráter de investigação empírica de fenômenos contemporâneos.

Esta pesquisa utiliza o método do estudo de caso e baseia-se na análise descritiva, por descrever cronologicamente a evolução do processo implantado em Campo Mourão para geração de renda a partir do aproveitamento sustentável dos resíduos de poda urbana.

Nesta etapa do trabalho, será descrito de forma simplificada, todas as etapas que foram utilizadas para o desenvolvimento do Projeto Poda Solidária e sua posterior implementação de fato, além de elencar os principais entraves encontrados ao longo do projeto, bem como os trabalhos bem sucedidos e os próximos encaminhamentos que devem buscar alcançar durante a realização do mesmo.

3.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.

Tendo como premissa a descrição cronológica da evolução do projeto, lembramos que este mesmo já vinha em andamento desde o início do ano de 2009, assim tivemos acesso aos formulários de pesquisa elaborados em conjunto pela Secretaria de Ação Social do Município, a Agente de Desenvolvimento Local e pela Agenda 21 Local.

Foram coletados dados como estado civil, idade, escolaridade, quantas pessoas moram na casa e quantas ajudam na renda familiar, qual a renda familiar e a renda adquirida com a comercialização da lenha, quais as dificuldades encontradas neste trabalho e o que poderia ser melhorado. Além dessas informações, foram coletadas junto à Secretaria de Ação Social se a família recebia algum benefício de programas de assistência social, conforme formulário em anexo.

O acompanhamento feito a partir do momento de elaboração deste projeto de pesquisa foi por meio de entrevista com Conselheiros da Agenda 21 Local e acesso às Atas das Assembléias Ordinárias da entidade que ocorrem sempre na segunda quinta-feira de cada mês.

3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.

A metodologia aplicada no desenvolvimento deste trabalho foi o de prospecção de dados e informações a partir do acompanhamento de ações administrativas, nas reuniões do Fórum Permanente da Agenda 21 Local, entrevista com agentes envolvidos no processo, levantamento junto a Secretaria de Ação Social de situação socioeconômica dos beneficiados pelo programa.

Esta etapa foi de suma importância para a elaboração do projeto, pois tendo um contato maior com essas famílias foi possível averiguar a necessidade de cada um e as condições para o trabalho.

Nesta etapa, foi elaborada juntamente com a agente de desenvolvimento local, vinculada ao Programa Brasil Local do Ministério do Meio Ambiente, um formulário para detectar quais eram as famílias que sobreviviam do aproveitamento de poda no depósito de entulhos desativado, bem como a realidade socioeconômica das famílias.

As entrevistas foram realizadas no início de 2009, logo que se passou a pensar no projeto, e constaram de 22 formulários para entrevista, sendo que destas, 12 pessoas foram enquadradas no Projeto Poda Solidária e 4 pessoas ficaram em cadastro de reserva, caso algum dos participantes deixasse o projeto por algum motivo. Foi constatado que outras 3 pessoas não possuíam condições para trabalhar, uma por problemas físicos, um por alcoolismo e outra por deficiência mental; estes foram encaminhados para assistência. Outras 3 pessoas não foram enquadradas no projeto pois não participavam na coleta de materiais no antigo depósito de entulhos ou por já estarem empregadas em outra atividade.

Os beneficiados pelo Projeto Poda Solidária foram escolhidos considerando-se as características socioeconômicas de cada família e também pela predisposição ao trabalho e a abraçar essa nova causa.

3.4 TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS.

Partindo do levantamento, compilação e análise dos dados, referenciado pela bibliografia apontada, objetiva-se este trabalho a descrever a trajetória entre a detecção do problema potencial socioeconômico até a estruturação da solução mais adequada à questão apresentada, respeitando-se a dignidade e individualidade do cidadão, por mais marginalizado e acerca da sociedade esteja.

Buscamos este referencial na conclusão feita por Caregnato e Mutti (2006) sobre a técnica de Análise do Discurso aplicada pela professora Laurence Bardin, que destaca que na análise de conteúdo valoriza-se somente o texto frio sem se considerar os sentimentos envolvidos no processo, ao passo que no processo da análise do discurso, vamos necessariamente além das intenções, atingindo as projeções pessoais e particulares de cada indivíduo envolvido no processo.

Assim, além de simplesmente demonstrar a tabulação dos dados, trazemos também as projeções futuras que se almejam alcançar com o Projeto da Poda Solidária.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo será abordado como se observou a necessidade de um projeto voltado ao aproveitamento dos resíduos provenientes da poda de árvores no município de Campo Mourão, bem como descrever como se deu o início da elaboração do Projeto Poda Solidária, quais os atores envolvidos nesse processo e quais os responsáveis pela sua execução.

4.1 DESCRIÇÃO DO PROJETO PODA SOLIDÁRIA E DO SEU DESENVOLVIMENTO.

Com a aprovação da Lei Estadual nº 12.493, de 22 de janeiro de 1.999, que estabelece princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos no Estado do Paraná, o gerenciamento integrado dos resíduos sólidos tornou-se um dos grandes desafios a ser vencido pelas administrações públicas.

De acordo com o inciso I do Art. 3º dessa Lei, “a geração de resíduos sólidos, no território do Estado do Paraná, deverá ser minimizada através da adoção de processos de baixa geração de resíduos e da reutilização e/ou reciclagem de resíduos sólidos, dando-se prioridade à reutilização e/ou reciclagem a despeito de outras formas de tratamento e disposição final, exceto nos casos em que não exista tecnologia viável”.

Entre os inúmeros resíduos sólidos gerados nas áreas urbanas, cuja gestão é de responsabilidade da administração pública, estão os resíduos de poda de árvores que se destacam pelo volume de galhos, ramos e folhas gerados durante quase todos os meses do ano, ocupando áreas consideráveis pela falta de métodos e solução para o seu manejo. Segundo levantamento realizado pelo Cenbio (Centro Nacional de Referência em Biomassa), no ano de 2006, de uma amostra de 16 municípios atendidos pelas principais concessionárias de energia elétrica do país, aproximadamente, setenta por cento descartava os resíduos de poda em lixões ou aterros sanitários. (CORTEZ et al, 2007).

Essa prática comum nos municípios brasileiros caracteriza o desperdício dos recursos públicos com a imobilização da área de disposição, como do não aproveitamento do potencial calorífico do material lenhoso e do elevado teor de matéria orgânica desses resíduos.

Em Campo Mourão, uma parcela dos resíduos de poda é aproveitada pelo Horto Municipal para a produção de composto orgânico e utilizado como substrato de mudas e cobertura de canteiros de jardins públicos. No entanto, boa parte da galhada de poda de árvores era disposta inadequadamente junto com resíduos da construção civil em um terreno localizado próximo ao Horto Municipal onde existia o antigo “lixão” a céu aberto da Vila Guarujá, desativado em 2002.

A diversidade de resíduos depositados nesse local como resíduos da construção civil, galhada de poda de árvores, móveis e eletrodomésticos inutilizados, lixo doméstico e de serviços, entre outros, acabou atraindo para o local, moradores da Vila Guarujá que passaram a “coletar” materiais passíveis de aproveitamento e reciclagem. Esse quadro de retrocesso ao antigo “lixão” a céu aberto, levou ao fechamento da área, onde os resíduos da construção civil passaram a ser direcionados para empresa privada devidamente licenciada para recebimento desses resíduos.

Se por um lado, o problema da disposição inadequada desses resíduos foi solucionado, por outro lado, a paralisação da atividade desse grupo de moradores que exploravam o local, privando-os, conseqüentemente da renda que obtinham com a venda de materiais passíveis de aproveitamento e reciclagem e, principalmente da lenha proveniente dos resíduos de poda de árvores, trouxe à tona a situação de vulnerabilidade socioeconômica desses moradores da Vila Guarujá.

O assunto foi levado para discussão, pela coordenação da Agenda 21 e pela agente de desenvolvimento local, junto ao Fórum Permanente da Agenda 21 Local, onde o problema a ser resolvido passou a ser tratado como uma oportunidade de geração de renda para esse grupo de moradores resultando na formulação do Projeto Poda Solidária.

A proposta conciliou a retomada do Projeto Brasil Local Desenvolvimento e Economia Solidária no município de Campo Mourão por meio do envolvimento do Agente de Desenvolvimento Local com esse grupo de moradores. O Projeto Brasil Local atua por meio desses agentes, cuja tarefa é identificar as potencialidades para a organização de

empreendimentos coletivos junto à população local, atuando como articulador, mobilizador e sensibilizador da economia solidária.

Considerando a localização do Horto Municipal na Vila Guarujá, o Projeto Poda Solidária foi uma proposta que visa dar uma destinação adequada aos resíduos de poda da arborização urbana por meio da organização de um grupo de produção e geração de renda, formado por pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social, para o aproveitamento e comercialização do material lenhoso para fins energéticos e da produção de composto orgânico produzido a partir das folhas e ramos finos.

O Projeto Poda Solidária é coordenado pela Agenda 21 Local de Campo Mourão, junto à Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria da Ação Social, secretarias municipais diretamente envolvidas com a questão. Recebeu a adesão da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão - UEPR-FECILCAM, e apoio da Escola Comunitária do Trabalho, Centro de Iniciação Profissional, Associação dos Trabalhadores em Recicláveis e Prestadores de Serviço Vila Guarujá, Banco do Brasil, COPEL, Tecnocampo, Cristófoli Biossegurança e demais membros do Fórum Permanente para organização, capacitação, treinamento do grupo de produção, além da sensibilização e internalização dos princípios da economia solidária.

Proporcionando a disseminação de pequenas práticas, há muito esquecidas pela comunidade ou outras que foram recém desenvolvidas, como ferramentas de gestão e aplicáveis à administração, quer seja de um pequeno negócio ou de um empreendimento que venha a beneficiar todo este grupo de trabalhadores.

Dentro do contexto de comprometimento, do poder público, aliado aos profissionais classistas, profissionais liberais e de representantes da sociedade civil, todos com o objetivo de buscar o resgate da dignidade daqueles que acabaram por ficar à margem do processo, pelas mais diversas situações, buscam através de projetos voltados às mais variadas áreas do conhecimento e da qualificação promover esta ação em prol dos demais.

Os principais geradores dos resíduos de poda (Prefeitura Municipal, COPEL e proprietários de caminhões que eram contratados para recolher e dar a destinação aos resíduos de poda da cidade) facilmente foram orientados a dar a destinação correta, encaminhando os resíduos diretamente ao horto municipal para o tratamento devido, onde o material lenhoso é utilizado para geração de energia calorífica destinada a utilização no

parque aquático municipal, parte dos resíduos de menor porte e galhadas, após triturados e tratados são aproveitados no processo de revitalização periódico do ajardinamento de espaços públicos, como praças, passeios e canteiros de vias públicas.

Porém demandava a necessidade de impedimento do acesso à área para a efetiva proibição do depósito de resíduos, assim a Agenda 21 Local conseguiu junto ao poder público o cercamento da área e a destinação da mesma à recomposição vegetal, principalmente por ter sido utilizada por vários anos como “lixão” a céu aberto.

Decorrente desta ação o fator preocupante foi a situação de dependência econômica em que se encontravam um grupo de aproximadamente 10 pessoas que vinham incrementando seu fraco orçamento familiar com o preparo, mesmo que rústico e sem qualificação alguma, dos resíduos de poda ali depositados que após devidamente separados o material lenhoso das folhas e galhos eram negociados informalmente.

Com o auxílio da Secretaria de Ação Social, mapeou-se estes cidadãos dando início ao projeto de resgate socioeconômico dos mesmos.

Como primeira ação após conhecidas as suas realidades e particularidades pessoais, passou-se a etapa de elaboração do projeto de criação de uma associação, para que esta abrigando estas pessoas pudesse de forma profissional dar o tratamento devido e adequado aos resíduos de poda gerados no município.

Pelo fato da Vila Guarujá estar localizada em espaço contíguo às dependências do Horto Municipal, facilitou em primeira instância o ensejo de se buscar junto ao município a cessão por comodato do espaço e da infraestrutura já existente no mesmo para viabilizar a operação do triturador para as galhadas e do espaço para o tratamento do material lenhoso que viesse a surgir.

Assim, o Projeto Poda Solidária contaria com um coordenador (membro da associação) e um supervisor (servidor do município) para o desenvolvimento das atividades.

A Secretaria de Ação Social ficaria responsável pelo treinamento e pelo acompanhamento dos atendidos. Além disso, definiu-se um cronograma de passos a serem desenvolvidos buscando a implementação efetiva do projeto.

4.2 OBJETIVOS REALIZADOS.

4.2.1 ETAPA 1- Cadastramento dos beneficiários.

Para se chegar ao público alvo do Projeto foi desenvolvida em conjunto com o representante do Programa Brasil Solidário, Secretaria de Ação Social e Fórum Permanente da Agenda 21 Local, um formulário, através do qual foi possível prospectar esta população bem como já estabelecer parâmetros e diretrizes de trabalho a serem implementados, não somente pela Agenda 21 como também e principalmente pela Secretaria de Ação Social. (conforme formulários em anexo).

Os beneficiados pelo programa foram particularmente escolhidos considerando-se as características socioeconômicas de cada indivíduo, pois foram consideradas muitas questões distintas, como ser principal provedor familiar, receber benefício do governo, como Bolsa Família ou qualquer outra subvenção, estado civil e estrutura familiar, se casado, amasiado ou outra modalidade de união, estado de saúde, pois em um caso especialmente, tínhamos uma moça já com 25 anos portadora de deficiência que foi encaminhada para acompanhamento na APAE,

E por último, após várias reuniões de esclarecimento e conscientização quanto a abrangência do projeto, o fator que mais pesou na definição dos nomes beneficiados foi a predisposição pessoal para abraçar esta nova causa.

4.2.2 ETAPA 2- A Associação.

Dentre as etapas que definiram o Projeto Poda Solidária, em um primeiro momento foi organizado um grupo de produção por meio da criação de uma associação de trabalhadores, legalmente constituída para o desenvolvimento da atividade. A elaboração do estatuto da Associação Vila Solidária contou com a assessoria jurídica da Secretaria da Ação Social e apoio do Conselho da Assistência Social. A elaboração do regimento interno junto aos trabalhadores foi coordenada pelo representante da Escola Comunitária do Trabalho, Sr. José Cícero, o qual possui larga experiência com grupos de geração de renda.

4.2.3 ETAPA 3 - Comodato da Infraestrutura do Horto Municipal.

Na segunda etapa do projeto foi formalizado um contrato entre o Município de Campo Mourão e a Associação Vila Solidária para o desenvolvimento da atividade no espaço do Horto Municipal em regime de comodato, prevendo a disponibilização de espaço para recebimento dos resíduos de poda, armazenamento do material lenhoso e disposição das leiras de compostagem; a prefeitura municipal, através da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e da Secretaria de Ação Social, disponibilizou um barracão coberto para separação e trituração das folhas e ramos finos; equipamento triturador com operadores específicos e com experiência; e de técnicos da área social e ambiental para suporte técnico e atendimento social.

4.2.4 ETAPA 4 - Capacitação Profissionalizante.

Foram articuladas parcerias para acompanhamento, atendimento social, suporte técnico e mercadológico, e apoio financeiro nas fases de implantação e de consolidação do projeto. Esse trabalho está sendo executado pela Agenda 21 Local junto às entidades locais.

Para constar temos Cursos de Capacitação de Mão de Obra ofertados pelo SENAC – Serviço Nacional do Comércio, Mini Cursos e Círculos de Palestras ministrados sob a coordenação das Secretarias da Saúde, Ação Social e do Meio Ambiente.

4.2.5 ETAPA 5 – Formação Cooperativista.

Esta etapa do Projeto Poda Solidária visa a organização, capacitação e motivação do grupo para o trabalho solidário, instruir, treinar e capacitá-los para a produção e comercialização dos produtos derivados dos resíduos de poda, considerando os aspectos técnicos, de segurança do trabalho e de gestão do empreendimento. Esse trabalho está sendo realizado pelo Agente de Desenvolvimento Local do Projeto Brasil Local, Agenda 21 Local, Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria da Ação Social.

4.2.6 ETAPA 6 – Monitoramento dos Resultados.

Nesta quinta etapa do Projeto, busca-se acompanhar, monitorar e avaliar o desempenho do grupo e da atividade por meio de um Grupo de Acompanhamento formado por representantes das entidades parceiras e de apoio ao projeto até que o mesmo alcance sua auto-sustentação.

Esta etapa mostra-se extremamente importante ao longo da implementação do projeto, pois irá demonstrar se todo o trabalho realizado até então está dando resultados satisfatórios, bem como demonstra as dificuldades e os entraves encontrados durante o trabalho, objetivando uma busca pela melhoria do processo e adequação do projeto.

4.2.7 ETAPA 7 – Estabelecendo Parcerias.

Desde seu início até o momento atual, o projeto veio a contar com a contribuição de inúmeros parceiros que direta ou indiretamente, alguns timidamente outros de forma mais efetiva e consistente, ajudaram a construir e efetivar o desenvolvimento do Projeto Poda Solidária.

Grupo de Acompanhamento do Projeto PODA SOLIDÁRIA:

- AGENDA 21 LOCAL DE CAMPO MOURÃO;
- SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE;
- SECRETARIA DA AÇÃO SOCIAL;
- FACULDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS E LETRAS DE CAMPO MOURÃO;
- FACULDADES INTEGRADO;
- ESCOLA COMUNITÁRIA DO TRABALHO;
- CENTRO DE INICIAÇÃO PROFISSIONAL;
- PROJETO BRASIL LOCAL;
- ASSOCIGUÁ - ASSOCIAÇÃO DE TRABALHADORES MAT. RECICLÁVEIS E PRESTADORES DE SERVIÇO DA VILA GUARUJÁ;
- UTFPR – UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – Campus de Campo Mourão;

Estas parcerias enriqueceram o Projeto Poda Solidária, pois acrescentam o conhecimento de especialistas de diferentes áreas de atuação, trazendo novas idéias e estímulos para a concretização desse trabalho de cooperação, contribuindo também com a capacitação dos trabalhadores.

4.3 DESCRIÇÃO DAS ETAPAS DE PRODUÇÃO DO PROJETO PODA SOLIDÁRIA.

Todo o trabalho do “Projeto Poda Solidária” deveria ser desenvolvido coletivamente, baseado no trabalho solidário e de cooperação mútua, onde a renda obtida pela comercialização da lenha seria dividida proporcionalmente entre os participantes do projeto.

As despesas com manutenção de equipamento e outros custos pertinentes ao funcionamento do projeto deveriam ser bancados pela associação.

4.3.1 Captação de Matéria Prima.

A matéria-prima do projeto é proveniente da poda de árvores efetuada pelo Município de Campo Mourão, Companhia Paranaense de Energia – COPEL e de particulares que destinarem seus resíduos ao Horto Municipal.

4.3.2 Processamento dos Resíduos de Poda.

Os resíduos de poda são descarregados no Horto Municipal, junto ao barracão de trituração dos ramos finos para compostagem, onde os trabalhadores da Associação cortam e separam os galhos para lenha e os ramos finos para compostagem. A trituração dos ramos finos é efetuada por funcionário experiente do Município, com o objetivo de evitar possíveis acidentes com o equipamento de trituração e a lenha é organizada pelos associados em pilhas para comercialização por metro cúbico (m³). Ao final de cada jornada de trabalho, os associados recolhem e conferem o estado e a quantidade dos materiais e equipamentos de trabalho, guardando-os devidamente limpos no almoxarifado e efetuam a limpeza do local de trabalho. A jornada de trabalho na etapa de implantação do projeto seria de 04 (quatro) horas, das 13:00 às 17:00 hs, de segunda a sextas-feiras.

4.3.3 Comercialização.

A comercialização da lenha é efetuada por consenso e a critério do grupo, ficando os mesmos, responsáveis pela contabilidade da entrada e saída de capital. A comercialização da lenha (autorização) deve atender aos critérios de comercialização definidos pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

4.4 DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS LIMITAÇÕES NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO PODA SOLIDÁRIA.

Como todo projeto voltado à melhoria de vida das populações envolvidas, o Projeto Poda Solidária encontrou algumas limitações ao longo de sua implementação.

Bem poderia dizer percalços políticos, uma vez que as muitas dificuldades encontradas no decorrer da implantação do projeto, esbarraram em grande parte na morosidade e por não dizer falta de vontade, em ajudar do administrador público.

Uma vez que o projeto, pela relevância e grandeza que adquiriu com o amadurecimento das idéias, partindo de uma simples fonte de geração de renda para algumas pessoas da periferia, cresceu para a criação de uma cooperativa de resíduos, esta que se constitui atualmente em uma oportunidade econômica para a administração local ecologicamente correta, tratar o grande volume recolhido pelo serviço de coleta urbana.

No município de Campo Mourão, inexistente estrutura de reciclagem que atenda a grande demanda de materiais recicláveis que está crescendo dia a dia, o que leva a disposição de grande parte desses produtos, a ser descartada no Aterro Sanitário Municipal junto ao lixo orgânico comum, reduzindo assim, consideravelmente a vida útil do Aterro Sanitário.

A proposta da Cooperativa de Resíduos se constitui uma solução para dois problemas urbanos, a geração de renda para os cidadãos que acabaram por se colocar a margem da coletividade, e também como fonte de aproveitamento ecologicamente correto para os resíduos sólidos urbanos passíveis de reciclagem que sem este processo serão depositados junto ao lixo comum, encarecendo o processo e desperdiçando um grande volume financeiro.

4.5 PRINCIPAIS BENEFÍCIOS GERADOS PELO PROJETO PODA SOLIDÁRIA.

Quando da providência para regularização documental do grupo de trabalhadores em uma associação, de forma a que atendesse às especificações requisitadas pelo projeto, deparou-se com a necessidade de alterar a estrutura de constituição para este grupo, assim visando a atender plenamente a estes requisitos, passou-se a viabilizar a constituição de uma Cooperativa de Resíduos, momento também em que a edição de um novo contrato para a coleta de lixo urbano veio a incrementar a coleta seletiva no município, a saber tínhamos uma coleta mensal de quinze toneladas, e atualmente passados somente seis meses de atuação, este volume já foi aumentado para quase trinta toneladas.

Na data de 09 de novembro de 2010, já com a denominação de Cooperativa de Resíduos foi feito um encaminhamento à COAMO - Agroindustrial Cooperativa, solicitando recursos financeiros para adequação das instalações da idealizada Cooperativa, registre-se que decorrente desta solicitação a COAMO colocou a disposição seu quadro funcional e providenciou toda a documentação necessária ao registro da nova COOPERATIVA.

Esta que se concretizou em 05 de Dezembro de 2011 sob o registro no CNPJ – 14.749.140/0001-71 COOPERESÍDUOS – Cooperativa Resíduo Solidário, tendo seu escopo de atuação muito mais abrangente que o processo de compostagem originado pelo aproveitamento dos resíduos da poda urbana, mas também de recuperação, processamento e comercialização de todo e qualquer resíduo originado pela Coleta Seletiva do município.

No tocante ao trabalho originário da Poda Solidária temos como desdobramento a finalização ainda no mês de fevereiro/2012 da amostragem físico-química do composto processado a partir do enriquecimento dos resíduos de folhas triturados com cinza (originada da queima de resíduos inservíveis no processo) e pó de gesso (recolhido junto à empresa recicladora de resíduos de construção), conforme orientação dos graduandos de Agronomia da Faculdade Integrado, em parceria com o Lyons Club local foi lançado comercialmente o produto “Composto Orgânico” na Feira de Flores que anualmente ocorre no município durante o mês de Março, e registre-se que o mesmo obteve uma ótima aceitação por parte da população,

Um novo desafio comercial é buscar uma parceria com a Concessionária de Energia Elétrica que mantém no município uma Unidade de Produção de mudas para arborização

urbana e reflorestamento ciliar para utilização por parte da mesma do composto orgânico produzido pela Cooperativa, assim valorizando e fortalecendo a economia local.

No que se refere às demais funções e atividades da Cooperativa de Resíduos, registramos que finalmente foi conseguida junto a administração municipal a locação de um amplo e bem localizado barracão, que irá atender com suficiente capacidade a demanda pela instalação da unidade de tratamento dos materiais recicláveis recolhidos pela Coleta Urbana.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o acompanhamento do processo desenvolvido pelo Projeto Poda Solidária, percebemos a grande gama de oportunidades que se apresentam diuturnamente para que possamos estar fazendo algo a mais para o bem da coletividade.

Independente dos encaminhamentos sócio-administrativos, dados pelo poder público ou pelos ditames da economia, hoje globalizada, nos vemos quase como escravos dos macro direcionamentos que nos empurram de um lado para o outro da economia, assim temos as grandes movimentações da massa de trabalho e geradora de renda, é certo que para as realidades locais este panorama se dá como que em câmera lenta, pois principalmente nos pequenos centros urbanos, este sucateamento da força de trabalho se dá com um imperceptível achatamento da remuneração dos assalariados, depois com a diminuição da oferta de postos de trabalho e por conseqüência, temos a população sendo literalmente jogada às margens da sociedade quando, na ânsia de uma oportunidade melhor de garantir sua sobrevivência buscam por novos e maiores centros urbanos.

Muitas vezes a solução de grandes problemas se resumem em pequenas ações, de diversos personagens, que se encontram do decorrer da implementação dos projetos. Destacando que o mais importante não é cruzar os braços e transferir para o poder público toda a responsabilidade pelo papel de executar, assim como não devemos também assumir o papel do gestor público quanto às suas responsabilidades de assegurar ao cidadão condições de habitabilidade dentro do município.

O conjunto de ações a serem desenvolvidas é que de vê buscar o que deve buscar o equilíbrio entre as partes, não só a comunidade civil organizada como também não somente o município isolado e senhor de toda a responsabilidade.

Quando se unem com boa vontade e disposição, os elementos da sociedade com suas qualificações das mais diversas e com a pré-disposição de auxiliar de um lado, pelo outro lado o poder público também desejoso de ver acontecer o projeto que beneficie a coletividade sem diretamente fazer prevalecer seus interesses pessoais e particulares, temos uma grande chance de ver prosperar algo novo e de bom para todos.

Com o presente trabalho foi possível detectar a verdadeira força de um grupo de pessoas empenhadas na realização de um projeto voltado ao benefício de toda uma comunidade.

Afinal uma vez detectado, que existia no município uma demanda pela destinação adequada dos resíduos de poda e futuramente dos materiais recicláveis, poderia facilmente um indivíduo ou um grupo destes, constituir uma empresa e passar a explorar comercialmente este nicho de mercado, até subfaturando a mão de obra abundante no entorno, mas ainda assim, optaram por dispor voluntariamente de seu tempo e muitas vezes de parte de seus recursos para a concretização deste projeto que objetiva o benefício direto de uns poucos menos privilegiados, considere-se que em médio prazo este investimento também se reverterá no bem-estar de toda a coletividade, pois com o crescente volume de recolhimento dos materiais recicláveis e agora com seu tratamento adequado, aumenta-se a qualidade de vida ofertada a toda a população.

O Projeto Poda Solidária, não está concluído, ainda há muito o que realizar para a melhoria de fato da vida dessa população envolvida e novos encaminhamentos devem surgir até que o grupo de trabalhadores caminhe com as próprias pernas, porém, o que vemos hoje é um grupo de parceiros bem intencionados, voltados a trabalhar pela melhoria de vida da comunidade envolvida.

“O que não é bom para a abelha, não pode ser bom para a colméia.”

Mostesquieu

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYRES, Marcus. **E o “Lixão” ficou pra trás.** Jornal Tribuna do Interior. Projeto Poda Solidária. Acessado em abril de 2011. Disponível em <http://tribunadointerior.com.br/regiao/noticias/836/>

AMORIM, Brunu Marcus F., ARAUJO, Herton Ellery . **Economia solidária no Brasil: novas formas de relação de trabalho?** NOTA TÉCNICA -Mercado de Trabalho – IPEA, 2004

BELIK, Walter. **Como as empresas podem apoiar e participar do combate à fome /** Walter Belik [coordenadora Carmen Weingrill] - São Paulo : Instituto ETHOS, 2003 – ISBN-85-88046-06-7

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21.** Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental – MMA. Acessado em abril de 2011. Disponível em <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18.>

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Construindo a Agenda 21 Local.** 2. ed. Ver. E atual. Brasília: MMA, 2003.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Brasil Local.** Programa Economia Solidária em Desenvolvimento. Acessado em abril de 2011. Disponível em http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_promocao_brasil.asp.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Economia Solidária.** Acessado em janeiro de 2012. Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp.

Carta da Terra. A Carta da Terra em Ação. Acessado em abril de 2011. Disponível em <http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/Text.html>.

_____. Disponível em <http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/history.html> acessado em abril de 2011.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. **Pesquisa quantitativa: Análise do discurso versus análise de conteúdo.** Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2006 Out-Dez; 15(4): 679-84.

CORTEZ, Cristiane Lima; GRISOLI, Renata; GAVIOLI, Fábio; COELHO, Suani Teixeira; CARMELO, Silma. **Alternativa sustentável para utilização de resíduos de poda provenientes das redes de distribuição de energia elétrica.** CENBIO – Centro Nacional de Referência em Biomassa. USP, São Paulo, 2007.

FBES. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. **Carta de princípios da economia solidária.** III Plenária Nacional da Economia Solidária. 2003. Disponível em

http://www.fb.es.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60
 acessado em janeiro de 2012.

GRAYSON, David, HODGES, Adrian. **Compromisso Social e Gestão Empresarial**. São Paulo: Publifolha. 2002 – ISBN – 45-7402-389-2.

GUEVARA, Arnaldo José de Hoyos...[et al.]. **Consciência e Desenvolvimento Sustentável nas Organizações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009–ISBN– 978-85-352-3281-3.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Economia Solidária**. Disponível em <http://agencia.ipea.gov.br> acessado em outubro de 2011.

MIZOTE; Lidia, T. M. **Agenda 21 Local de Campo Mourão: do projeto ao processo**. Lidia Tomoco Miyagui Mizote (Org.). Campo Mourão/PR: Município de Campo Mourão, 2008. 238p. il.

POCHMANN, Marcio. **Economia Solidária no Brasil: Possibilidades e limites**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.2004 Acessado em outubro de 2011. Disponível em http://www.ipea.gov.Br/pub/bcmt/mt_24g.pdf.

REBAL. **Rede Brasileira de Agendas 21 Locais**. Disponível em <http://rebal21.ning.com> acessado em abril de 2011.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante: repensando o socialismo**. Petrópolis: Editora Vozes. 1999.

SINGER, Paul. **A economia solidária no governo federal**. NOTA TÉCNICA -Mercado de Trabalho – IPEA, 2004.

TACHIZAWA, Takeshi. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa**. 2. ed. Ver. e ampl. São Paulo: ATLAS, 2004 – ISBN – 85-244-3684-3.

VIEIRA, Aline M. S. **Economia solidária e sua contribuição para o desenvolvimento social**. 2009. Publicado em:
<http://www.facesdobrasil.org.br/component/content/article/6-comercio-justo--economia-solidaria/528-artigo-economia-solidaria-e-sua-contribuicao-para-o-desenvolvimento-social.html>.

WWF Brasil. **Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em <http://www.wwf.org.br> Acessado em outubro de 2011.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

7. ANEXOS



PROJETO DE APROVEITAMENTO DE RESÍDUOS DE PODA DE ÁRVORES



LEVANTAMENTO DE CAMPO						
Nome:					S e x o / E s t a d o C i v i l	
Endereço:						T e l e f o n e
Quantas pessoas moram na casa?						
Nome	Grau de parentesco	Idade	Escolaridade	Programa	Observação	
Renda						

Familiar:
Renda com a venda da lenha:
Recebe benefício de algum programa de assistência social? Qual?
Como é comercializado o produto?
Quais são as dificuldades encontradas nessa atividade?
O que poderia ser melhorado?
Observações: